Estudantes dos PALOP na Unilab - Ceará/Brasil e os desafios da “integração internacional”

Umaro Bassem¹

Resumo: O artigo propõe refletir sobre os deslocamentos internacionais de estudantes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para o Brasil por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema, dialogando com os dados de uma pesquisa de observação participante realizada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Aborda as especificidades da Unilab em comparação com o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G). Analisa as motivações, expectativas e imaginários dos estudantes em relação ao Brasil e à formação superior antes da saída do país de origem, e o processo de adaptação e permanência após a chegada ao país de destino, observando os desafios da “integração internacional” proposto pela universidade diante da discriminação racial vivenciada pelos estudantes.

Palavras-chave: Cooperação internacional; Estudantes dos PALOP no Brasil; Construção de diferenças; Discriminação racial.

Abstract: The article proposes to discuss the international displacements of students of the Portuguese African Speaking Countries (PALOP) to Brazil by means of a bibliographic review on subject, dialoguing with the data collected through participant observation done at International University for the Luso-Afro-Brazilian Integration (UNILAB). It approaches the Unilab specificities, in comparison with the Student Graduation Agreement Program (PEC-G). Analyzes the motives, expectations and imaginary of the students about Brazil and its higher education before leaving the country of origin, the process of adaptation and stay after the arrival at the destiny country, watching the challenges of the "international integration" proposed by the university facing the racial discrimination lived by the students.

Keywords: International Cooperation; PALOP students in Brazil; Construction of differences; Racial discrimination.

¹ Bacharel em Humanidade pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Introdução

O artigo proposto pretende refletir sobre o processo da vinda de estudantes de Países Africanos de Língua Oficial portuguesa (PALOP) para cursar o ensino superior em diversas universidades do Brasil, com especial atenção para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Por meio de uma perspectiva qualitativa, o artigo propõe uma revisão bibliográfica sobre o tema dos deslocamentos internacionais de estudantes, dialogando com os dados da pesquisa de observação participante² do autor realizada na Unilab. Aborda os convênios estudantis e acordos de cooperação, as especificidades da Unilab em comparação com o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G). Analisa ainda as motivações, expectativas e imaginários dos estudantes dos PALOP em relação ao Brasil, antes da saída do país de origem, e o processo de adaptação e permanência após a chegada ao país de destino. Temas como cooperação solidária, relações sociais, redes de relações, processos de interação social, bem como construção de diferenças, discriminação e racismo irão surgir no diálogo com diferentes autores.

O interesse pelo tema surgiu da minha vivência em Redenção e Acarape, também como estudante guineense do curso de Licenciatura em Sociologia na Unilab, e do meu desejo de pesquisar sobre a trajetória de outros estudantes, refletindo como ocorre o processo de vinda para o Brasil, sobretudo no que se refere à escolha do país como destino para a formação superior. Dentre as motivações que levam os estudantes (e que também me influenciaram) a escolher o Brasil como destino, a novela, o carnaval, o futebol, as lindas praias e uma ideia de vivência harmônica, sem discriminação racial, entre negros, brancos e índios no Brasil, são fatores bastante destacados entre os estudantes internacionais que, em geral, expressam uma decepção em relação à realidade encontrada.

Dessa perspectiva, na introdução faço uma breve contextualização da minha trajetória pessoal, também inserido de forma subjetiva nesse processo, definindo assim o meu grande interesse pelo tema.

Ao chegar ao Ceará, em maio de 2014, para estudar na Unilab, percebi que na verdade o ideal de Brasil que eu tinha era bem diferente do que encontrei. Por ser a última pessoa da minha turma a chegar naquele período, fui recebido no aeroporto por um

² O sentido de “observação participante” aqui referido é adotado aqui como definido por Geertz (1974) como uma “fusão de horizontes” entre pesquisador e pesquisado, abordando a pesquisa como uma possibilidade de interlocução entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, onde o pesquisador pretende falar com os sujeitos e não tentar falar por eles.

motorista da universidade que exibia uma placa com a frase: “Umaro Bassem - UNILAB”. Durante o trajeto feito pelo motorista até a saída de Fortaleza, achei a cidade bonita e fiquei me perguntando se a cidade onde eu iria estudar também seria tão bonita como Fortaleza. Entretanto, após sair da cidade com destino à Redenção, comecei a avistar uma paisagem diferente do que eu esperava. Vieram as serras (grandes montanhas), estradas mal sinalizadas e muitos buracos na pista. Ansioso para entender onde eu estava, perguntei ao motorista sobre os nomes de cada lugar por onde passávamos. Quando finalmente chegamos, o motorista disse: “aqui está a sua universidade”. Espantado, eu perguntei: ‘aqui?!’. Pois, eu não esperava que a Unilab fosse em uma zona rural, uma vez que o imaginário que eu tinha estava conectado às imagens do Brasil urbano mais comumente representado nas novelas brasileiras, ou mesmo na divulgação da propaganda da universidade.

Duas semanas após chegar, assisti à minha primeira aula, na disciplina “Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos”, numa turma de quarenta alunos composta por mais da metade de estudantes brasileiros. Foi então que surgiram outros estranhamentos ao me deparar com uma sala dividida: estudantes nacionais em uma parte da sala e estudantes internacionais na outra. O sentimento foi de grande inquietação. Então perguntei a um amigo veterano são-tomense o porquê dessa separação, recebendo a simples resposta: “aqui é assim”. Também observei com estranhamento que os estudantes brasileiros não se importavam em colocar os pés em cima da cadeira na presença do/a professor/a. Estranhei ainda as roupas informais usadas pelos professores brasileiros, diferentes dos professores doutores em Guiné-Bissau que fazem questão de marcar a diferença em relação aos alunos pela formalidade nos gestos, forma de falar e na maneira de vestir (os homens usam ternos e as mulheres estão sempre elegantes, podem usar saltos, ambos sempre com roupas formais). A maneira dos alunos nacionais irem às aulas de chinelos e shorts também foi algo que me fez estranhar a universidade, algo que depois eu mesmo passei a usar, de vez em quando, como forma de me inserir socialmente e interagir melhor com os colegas.

Outras situações que se referem ao racismo foram mais chocantes e causaram desacordo com o que eu imaginava do Brasil antes de sair de Guiné-Bissau. A primeira situação ocorreu na universidade quando fiquei sabendo por um amigo guineense que uma pessoa teria dito em sala de aula que as pessoas brancas assimilam mais rapidamente a matéria do que as pessoas negras. Já a segunda situação ocorreu na cidade de Pacoti, local próximo a Redenção, quando eu estava hospedado em uma residência sob a

responsabilidade da Unilab. Eu e mais quatro amigos saímos pela cidade para passear numa praça e fomos abordados por três policiais da ronda da polícia militar. Fomos todos revistados (embora sem violência física) e ficamos muito assustados, principalmente porque os policiais tinham armas de fogo de alto calibre nas mãos e por isso nunca ter acontecido antes conosco. Após a revista, um suposto chefe que comandava a operação, perguntou: ‘você são de onde?’. Eu respondi: ‘somos guineenses’. O policial acrescentou: ‘o que vocês estão fazendo aqui?’. E o meu amigo respondeu: ‘somos estudantes da Unilab e viemos passear para conhecer a Cidade’. O policial acrescentou: ‘recebemos uma ligação anônima de que tinham pessoas suspeitas aqui na praça’.

A experiência com o racismo relatada acima por mim e por outros estudantes são temas importantes e recorrentes abordados em pesquisas de outros autores que pesquisam sobre o tema dos deslocamentos internacionais de estudantes africanos para o Brasil. Como afirmou Johnson (2019, p. 2) “quem sofre racismo nas ruas é o negro, quem sempre é o primeiro suspeito de roubo é o negro”.

Em especial os embates com a polícia, em blitz, costumam ser as situações mais constrangedoras e violentas. Homens e mulheres vão ser discriminados de formas diferentes, os homens mais relacionados à bandidagem, sendo vistos como possíveis ameaças de violência, diferentes das mulheres negras que não vão deixar de serem vistas desse modo, mas com outras características, estarão numa escala de maior exclusão e silenciamento de sua existência do que os homens, sendo importante sempre observar a inteseccionalidade na discriminação de raça e gênero (CRENSHAW, 2002).

Em outras pesquisas com estudantes cabo-verdianos e moçambicanos no Rio de Janeiro (MOURÃO, 2018; SUBUHANA 2005), os estudantes, homens e mulheres, tinham a percepção de que eram discriminados por serem confundidos com o “negro/a brasileiro/a”, sendo tratados com respeito apenas quando se identificavam como universitários estrangeiros, “atenuando a experiência negativa de se sentirem em desvantagem social por serem negros”. Pois, a universidade é vista como “local privilegiado das elites, onde os negros/as brasileiros/as supostamente não estariam ou não deveriam estar” (MOURÃO, 2016b, p. 173).

A primeira sessão do artigo irá discutir os convênios estudantis e acordos de cooperação, e as especificidades da Unilab em comparação com o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) em outras Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Questionará ainda os discursos acerca do incremento das relações SUL-SUL, durante o governo Luís Inácio Lula da Silva com foco na cooperação do Brasil com a

África com ações classificadas como de “solidariedade”, dificultando, muitas vezes, o entendimento da cooperação estudantil como fazendo parte de projetos políticos estratégicos mais amplos entre países, visando também diversos interesses econômicos. A segunda sessão apresenta a Unilab e a percepção dos estudantes (e a minha própria) sobre a vivências em Redenção, o contato com o racismo e o apagamento do negro no Ceará, fazendo questionar sobre os desafios da proposta de “integração internacional” da universidade. Na terceira sessão é apresentada a revisão bibliográfica sobre o tema, que traz diferentes perspectivas sobre a circulação internacional de estudantes dos PALOP no Brasil. Por fim, nas considerações finais serão levantadas as principais questões abordadas no texto.

Convênios estudantis e acordos de cooperação – o Brasil como alternativa de formação superior para jovens dos PALOP

A migração de jovens dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para estudar fora de seus países não é recente e foi muitas vezes alvo de disputas pelas metrópoles colonizadoras. Na tentativa de expandir suas fronteiras territoriais e simbólicas, assimilando outras nações, as metrópoles europeias incentivavam e disputavam a formação dos indivíduos das colônias durante o período colonial. Muitos estudantes, filhos da pequena ‘elite’ burguesa, formada por funcionários assimilados pelo governo colonial (a maioria angolanos e cabo-verdianos), faziam seus cursos superiores em Portugal. Eles eram recebidos através da Casa dos Estudantes do Império (CEI) criada durante a ditadura salazarista em 1944 (Castelo, 2010; Margarido, 2005). Segundo Castelo (2010), a CEI teve como objetivo recriar um ambiente familiar e protetor em torno dos jovens ultramarinos associados, com a missão de apoiar e controlar os estudantes africanos, fortalecendo o “sentimento da portugalidade” entre eles. No entanto, invés disso, a Casa teve um papel importantíssimo nas lutas de independência, passando por lá nomes importantes da luta anticolonial como Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Noêmia de Sousa, entre outras importantes personalidades.

Já a vinda de estudantes dos PALOP para cursar o ensino superior no Brasil é bem mais recente e surge por meio dos acordos de cooperação estudantil iniciados em meados da década de 1960, sendo o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) o mais importante. De acordo com o site da Divisão de Assuntos Educacionais (DCE) e o

Histórico do PEC-G³, o primeiro protocolo do convênio foi lançado em 1965. O PEC-G foi atualizado em 1967 e, em 1973, foi lançada a sua terceira versão que se matem até hoje. Ao final do século XX e início do XXI, sobretudo no período do governo Lula, iniciado em 2003, os acordos de cooperação com a África são intensificados. Houve um grande incremento de ações afirmativas visando os países africanos (com foco na área da educação superior), que estimularam a vinda de grande número de jovens dos PALOP para estudar nas universidades brasileiras (MOURÃO, 2016b).

Esta cooperação foi vista por alguns autores como “solidária”. Vizentini (2005) analisou que a dimensão social da cooperação com a África traduziu-se em ações classificadas como de solidariedade pela necessidade, segundo o próprio ex-presidente, de um “resgate da dívida política, moral e histórica do Brasil com a África”. Por meio de uma estratégia política e também discursiva, que evitava a mediação das ex-metrópoles coloniais, a política do governo se apresentou como uma mudança de eixo, buscando na agenda da formação superior estabelecer relações bilaterais entre países que tiveram o mesmo colonizador (MOURÃO, 2016a, p.8).

Silva, M.D.M. & Silva, A. S (2014) definiram o significado de cooperação solidária, observando a cooperação em redes:

[...] as redes de cooperação solidárias podem ser entendidas, como a união de países ou organizações em cooperação na busca de benefício para ambas e para sociedade onde se encontram estabelecidas, procurando estimular as trocas de informações, a consolidação das relações econômicas, à criação de novas experiências, e o apoio a ações de nível local e regional como forma de colaborar com o crescimento da ES (economia solidária) como um todo (SILVA, M.D.M. & SILVA, A. S., 2014, p. 09).

Desse modo, as autoras apontam que a formação de acordos de cooperação e as “relações solidárias” que as redes podem manter, poderão conferir às organizações um suporte estratégico no desenvolvimento de suas atividades, permitindo-as conquistarem vantagens competitivas perante o mercado mundial. Assim, elas salientam que o desenvolvimento organizativo bilateral (ou em redes) pode ser capitalizado como “uma forma de reestruturação produtiva do território dos países envolvidos na cooperação, com sua consequente modernização e maior competitividade. Ainda segundo Silva, M.D.M. & Silva, A. S (2014) esse tipo de organização em redes de cooperação solidária pretende fortalecer grupos com características semelhantes, proporcionando a união entre eles e a

³ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acessado em: 17 jan. 2020.

busca de ganhos coletivos que beneficiem todos os integrantes da rede e o local onde eles atuam.

Assim, as redes de colaboração solidária procuram pregar uma gestão mais voltada para a democracia do poder, buscando uma forma de garantir a todos os integrantes, iguais condições de participar e intervir na decisão não somente sobre as atividades de produção e consumo desenvolvidas nas redes, mas também, nas demais composições da sociedade, enfatizando o valor da cidadania na busca do bem comum e da cooperação entre as pessoas e as organizações (SILVA, M.D.M. & SILVA, A. S., 2014, p. 10).

Entretanto, podemos questionar que o processo definido como “acordo de cooperação solidária” se daria no cenário das relações de poder do desenvolvimento global e, portanto, também deveria levar em conta as relações econômicas. A perspectiva da solidariedade também é apropriada pelas Diretrizes (2010, p. 17) da Unilab, na proposta de implantação do projeto da universidade. Na pesquisa de Heleno (2018), ele afirmou que:

A cooperação que o Brasil promove, num verdadeiro espírito sul-sul, privilegia a transferência de conhecimento, a capacitação, o emprego da mão-de-obra local e a concepção de projetos que reconheçam a realidade específica de cada país. A solidariedade que anima o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento é pilar fundamental de nossas ações de cooperação com a África (HELENO, 2018, p. 128)

Por outro lado, Heleno questionou o discurso da diplomacia brasileira no que tange aos acordos de cooperação com os PALOP na área do Ensino Superior. Para ele esses acordos não podem ser pensados apenas no sentido de solidariedade, devem ser observados também os interesses econômicos, uma vez que parafraseando o autor, as características definidoras da atuação da cooperação brasileira de solidariedade são confrontadas com as práticas de Estado que incentivam “à entrada de empresas nacionais nos países africanos” (HELENO, 2018, p. 17). Desse modo, é importante ter em mente que as trocas no âmbito da cooperação são estabelecidas não só por relações ditas solidárias, mas também por interesses econômicos de ambas as partes que não podem ser negligenciados nas análises.

Por fazerem parte de políticas e acordos de cooperação na área da Educação, o deslocamento de estudantes de países africanos para o Brasil é um fenômeno específico que não pode ser visto como um simples processo de migração clássico, definido pela entrada ou saída de indivíduos em busca de melhores condições de vida e trabalho, mas sim como um processo que visa trocas no âmbito da cooperação.

Subuhana (2005), pesquisador moçambicano que fez pesquisas com estudantes de Moçambique no Rio de Janeiro, denominou o processo como “migração temporária”, uma vez que os deslocamentos internacionais de estudantes são realizados (com a mediação dos convênios) com prazos estipulados para o retorno dos estudantes aos países de origem, após os términos dos cursos.

Um outro fato importante e curioso sobre a vinda de estudantes dos países africanos dos PALOP para o Brasil, destacado por Fonseca (2009), vinculou-se na política desempenhada pelo governo brasileiro como primeiro país a reconhecer a independência dos países africanos, o que teria sido considerado na época pela metrópole um “processo de traição das antigas colônias portuguesas de ultramar”. No caso específico de Angola, Fonseca afirmou que após a independência muitos jovens universitários angolanos deixaram de ir estudar no colégio e em universidades do império, como as tradicionais Coimbra e Lisboa, inaugurando assim um “novo fluxo migratório”:

Nesse contexto, abriu-se um novo fluxo migratório de caráter acadêmico angolano nas décadas posteriores, particularmente para os países do Leste Europeu e para Cuba, devido aos acordos e tratados de cooperação científica, tecnológica, cultural, econômica e militar do partido governista, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com as nações que constituíam o bloco dos países socialistas. (FONSECA, 2009, p.30).

Nesse novo cenário da cooperação bilateral, o Brasil também se destacou como uma possibilidade. A partir daí o fluxo de estudantes africanos também passa a se diversificar e com o tempo mais pessoas começam a ter acesso à formação superior fora do país, não somente os filhos da pequena elite africana assimilada.

Fati (2018) destacou que com a abertura de instituições diplomáticas brasileiras em alguns países africanos houve uma “reaproximação do país com o continente africano, com base nos acordos de cooperação bilateral na área da educação, sobretudo com os países africanos de expressão portuguesa” (FATI, 2018, p. 11). Como afirmou Tcham (2012), esse contingente de estudantes de origem étnica, perfil escolar e faixa etária diversa (com maior concentração no Nordeste Brasileiro), também passou a contribuir positivamente para uma “reconfiguração do perfil do corpo discente, na dinâmica intercultural do espaço acadêmico e no processo de internacionalização do conhecimento promovido pelas instituições acolhedoras” (TCHAM, 2012, p. 26).

Estudar na Unilab-CE - internacionalização e interiorização no Maciço de Baturité

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2010⁴ confirma as políticas de ações afirmativas brasileiras para o continente africano no âmbito da educação superior, sendo, além do PEC-G, mais uma alternativa de formação para os estudantes dos PALOP, bem como uma forma de atração para a região Nordeste do Brasil.

A universidade tem em suas diretrizes a proposta de internacionalização e interiorização da educação superior, com foco nos países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Brasil, PALOP e Timor Leste –, com processo de ingresso independente do Programa de Estudantes de Graduação (PEC-G)⁵. A sede principal (onde está localizada a reitoria) foi construída na cidade de Redenção, situada na região do Maciço de Baturité⁶, no interior do estado do Ceará. Entretanto, suas atividades acadêmicas e administrativas se concentram tanto no estado do Ceará como no da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção (Campus da Liberdade e Auroras) e Acarape (Campus dos Palmares). Na Bahia, está situada no município de São Francisco do Conde (Campus dos Males)⁷. De acordo com os dados da Diretoria de Registros e Controle Acadêmico – DRCA (dados referentes a 10 de dezembro de 2019), atualmente o número total de estudantes da Unilab é de 5.822⁸.

Sobre a escolha de Redenção para sediar a Unilab, Heleno (2018) citou abaixo o discurso de Lula, em 2013⁹, onde o ex-presidente explicitava sobre o projeto de criação da Unilab, justificando a escolha por Redenção:

⁴ A comissão de implementação da Unilab foi instituída em outubro de 2008 pelo Ministério da Educação (MEC) e resultou na criação da universidade em 20 de julho de 2010, por meio da lei nº 12.289, no então governo de Luís Inácio Lula da Silva.

⁵ Forma de ingresso – seleção – se puder coloque aqui as diferenças entre os processos seletivos PEC-G e UNILAB

⁶ O Maciço é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Guaiúba, Barreira e Ocara.

⁷ A construção do campus da Unilab na Bahia provavelmente ocorreu “em razão das pressões feitas pela Bahia durante as discussões no Congresso Nacional”, já que se trata de um “município com a maior população negra declarada do Brasil (superior a 90%)” (HELENO, 2018, p.164).

⁸ O total de estudantes por nacionalidade do Ceará e da Bahia são: Angola 255; Brasil 3410; Cabo-Verde 72; Guiné-Bissau 667; Moçambique 38; São Tome e Príncipe 64; e Timor-Leste 16⁸. Os estudantes ativos nos cursos de graduação presencial do Ceará são 3607 e na Bahia são 916, totalizando 4.523. Na Pós-Graduação Lato Sensu à Distância são 1.173 e Pós-Graduação Stricto Sensu Presencial são 126.

⁹ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf>, acessado em 25/01/2020.

[...] Foi aqui, na antiga Vila de Acarape, que 116 homens e mulheres foram libertos da escravidão, em 1º de janeiro de 1883, antecipando em 5 anos o fim daquela prática abominável em território brasileiro. Os abolicionistas de então – José do Patrocínio, Antônio Tibúrcio, Liberato Barroso, Justiniano de Serpa, dentre outros – presidiram aquele gesto redentor, quando a cidade adotou seu nome atual e se projetou como vanguarda da liberdade no Brasil. No campus de Redenção repousam os valores de liberdade, justiça e igualdade que inspiram o projeto da Unilab. Aqui começou o resgate de uma dívida secular com os povos africanos (LULA, 2013 apud HELENO, 2018, p. 162-163).

No entanto, contraditoriamente aos ideais de liberdade, justiça e igualdade apontados pelo discurso, no Ceará (e em Redenção) há um grande apagamento sobre a importância dos negros na história de libertação e uma maior valorização dos abolicionistas. O fato pode ser observado tanto na forma como são celebradas e contadas as histórias da abolição da escravatura em Redenção, nomeadamente no Museu Senzala Negro Liberto¹⁰, como nas marcas que impregnam a cidade com monumentos que enaltecem esse grande feito, como se tivesse tido a participação apenas do branco abolicionista, sem referência aos negros, suas lutas e conquistas nesse processo. Esse silenciamento é decorrência do racismo histórico e estrutural que construiu diversos saberes, ainda no período colonial, produzindo grandes diferenças entre brancos e negros como superiores e inferiores (MUNANGA, 2019). O resultado desse processo histórico foi traduzido em violência, exploração e muitas desigualdades que privilegiam os brancos no Brasil, e podem ser sentidas “na pele”, em forma de discriminação e xenofobia, pelos estudantes internacionais em Redenção e Acarape, corroborando para uma reflexão sobre o discurso de que “não existem negros no Ceará”. Sobre o tema Mourão (2016a, p. 6) destacou que “uma das questões que se coloca é como um estado tão celebrado pela luta de libertação nega tão fortemente seu passado negro”, tendo na historiografia local o principal veículo de apagamento da existência de negros (e de índios) no Ceará e de um passado que pudesse articular suas influências e contribuições para formação do povo cearense e seus processos de formação da memória e da identidade (CUNHA JR., SANTOS, 2010; RATTS, 1997). Tal conhecimento ou desconhecimento, segundo o historiador Eurípedes Funes (2000), foi construído e fundamentado em um grande “equivoco histórico” que sempre associou o negro apenas ao modo de produção escravista. O sociólogo Ismael Pordeus Jr. (2002, 2003) analisou o discurso da “não

¹⁰ O Museu Negro Liberto foi criado em 2003. Está localizado no Engenho Livramento às margens da rodovia CE-060, entre os municípios de Redenção e Acarape. O sítio, em estilo arquitetônico colonial, foi construído em 1873 pela família Muniz Rodrigues, que ainda é a proprietária e idealizadora do museu, que abriga uma unidade de produção de aguardente de cana, “Douradinha”, uma casa-grande, uma senzala, o canavial, a moageira e uma loja que vende produtos derivados da cana, sobretudo cachaças.

existência de negros” como um mito que se cristalizou na formação da identidade cearense para apagar a “memória africana”, por meio da criação de diferenças entre o Ceará e os seus estados vizinhos. A ideia era de que outros estados do Nordeste, como a Bahia, o Maranhão e Pernambuco, teriam tido maior necessidade de mão-de-obra “escrava” do que o Ceará e por isso aqui não existiriam negros no estado. Desse modo, o negro é diretamente associado à escravidão, com sua existência atrelada à essa natureza.

Ratts (1998) mostrou que a partir da segunda metade do século XIX a produção intelectual privilegiou algumas versões da história, identificando os índios com a população regional e os negros como distintos do “cearense típico”, definido como uma mistura de brancos e índios, reforçando assim a invisibilidade do negro. Bezerra (2009) apud Mourão (2016a, p. 7) observou que esse apagamento da memória ainda ocultou a complexidade da dinâmica cultural e social dos povos de origem africana invisibilizando “os trabalhadores livres, assalariados, proprietários de terra negros e a sua contribuição na formação do estado”. A discussão sobre o tema é vasta e complexa, não sendo o objetivo do artigo tratá-la em todos os detalhes, mas sim ressaltar a questão do “negro no Ceará” como uma problemática relevante para entender a especificidade do contexto em que se situam os estudantes internacionais em Redenção, entre os discursos que enaltecem a abolição em contraste com as narrativas de racismo trazidas pelos estudantes.

Do ponto de vista dos discursos e representações sobre a abolição, Maciel (2017) salientou que após a instalação da Unilab, “como novo marco espacial da topografia da liberdade, a cidade passou a se apropriar de símbolos que compõem um mosaico de temporalidades históricas contrastantes” (MACIEL, 2017, p. 190). De acordo com o autor:

Museu, Monumento e Campus, assim, parecem se complementar quanto à informação simbólica que o estrangeiro recebe ao chegar ao local: a de que esta é uma cidade da liberdade. Outros espaços compõem um conjunto de citações históricas e “lugares de memória” (Nora, 1993): a Fazenda Gurguri-Senzala, situada a 18 km da sede, que serve hoje de pousada para os poucos turistas que visitam a cidade; um obelisco, na Praça da Liberdade, no Centro, construído em 1933, por ocasião das comemorações dos primeiros cinquenta anos de abolição, que divide com um busto da Princesa Isabel as referências ao seu passado; marca da presença religiosa na cidade, o Monte das Graças, na Serra do Cruzeiro, possui 720 degraus e conduz a um grande crucifixo e à imagem de Nossa Senhora das Graças, como que levando o observador ao céu (MACIEL, 2017, p. 192).

Além dos nomes das praças e monumentos antigos que já reforçavam a abolição, o autor observou que novos estabelecimentos comerciais e outras edificações também

passaram a se apropriar de palavras como “liberdade”, “abolição”, sendo usadas por alguns supermercados (Abolição, Redenção, Casa Grande, etc.), ressignificando os temas históricos em uma “linguagem urbana” (MACIEL, 2017). Com as atividades letivas da Unilab iniciadas, Maciel (2017, p. 194) ainda ressaltou que “uma nova etapa desse imaginário passou a ser produzida tendo por base a diáspora africana de estudantes”.

Desde a criação da universidade – que foi atualmente considerada pelo Índice Geral de Cursos do MEC (IGC) a 2ª melhor universidade do Ceará, ficando entre as 10 melhores do Norte/Nordeste¹¹ – ocorreram muitas mudanças tanto na instituição, com o grande aumento do número de estudantes e cursos, como nas cidades que recebem os estudantes. Podemos perceber a própria aceleração do Maciço de Baturité em termos de desenvolvimento socioeconômico desde a sua instalação na região até os dias de hoje. Isso pode ser visibilizado no aumento dos preços dos alugueis de casas e apartamentos, em razão da grande procura por moradia pelos estudantes internacionais e brasileiros, como na abertura de grandes supermercados, lanchonetes, padarias, bares, bancos, lojas de eletrodomésticos, roupas, móveis, entre outros. Também houve o aumento do número de táxi e moto-táxi e de serviços de entrega de comida de vários estabelecimentos.

Em 2014, ano da minha chegada à Unilab, era possível alugar uma casa com dois ou três quartos pelo valor de R\$300,00, agora com o grande fluxo de pessoas, além da crise econômica instalada no país, é difícil encontrar uma casa nessas condições por menos de R\$600,00. Os preços dispararam também nos valores de moto-táxi (transporte mais utilizado pelos estudantes, além do intercâmbio gratuito da universidade). Em 2014, a corrida de moto-táxi de Redenção para Acarape (cerca de 3,5 km de um campus para outro, Liberdade-Palmares) custava em torno de R\$1,50, custando agora quase o triplo. No mesmo período, fazer uma compra mensal para a casa com R\$100,00 dava para comprar muitas coisas, e atualmente já fica difícil fazer o mesmo dinheiro render. Tudo isso, demonstra que há um grande acréscimo no custo de vida, principalmente em Redenção, o que tem dificultado a permanência dos estudantes e a instalação de novos, sobretudo dos internacionais, que acabam procurando outras cidades vizinhas para morar, se distanciando cada vez mais do centro de Redenção, de Acarape e dos campus da universidade.

Como podemos observar na pesquisa de Mourão (2016a p. 9) a instalação da Unilab e a presença dos estudantes internacionais, embora tenha trazido desenvolvimento

¹¹ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2020/01/06/unilab-e-a-2a-melhor-universidade-do-ceara-e-esta-entre-as-dez-melhores-universidades-do-norte-nordeste/>, consultado em 16/01/2020.

para Redenção – com mais oportunidades de negócios e postos de trabalho para a população local –, além da própria possibilidade de muitos jovens brasileiros da região poderem ter acesso à formação superior, esse incremento trouxe bastante agitação e rápidas mudanças que nem sempre foram bem recebidas pelos antigos moradores. Alguns fatores desse desenvolvimento, ocasionado a partir da chegada nas cidades de estudantes de países africanos, do Timor Leste e de brasileiros (de várias regiões do Maciço e da grande Fortaleza), provocaram também alguns incômodos. Em especial, a presença de estudantes africanos, em sua grande maioria negros, acendeu antigos conflitos raciais e preconceitos, os quais são observados em diversos relatos cotidianos que denunciam tanto o racismo como a xenofobia envolvendo estudantes internacionais e moradores.

Percepções da pesquisa – falando de dentro

Algumas experiências vivenciadas por mim e presenciadas durante a pesquisa revelaram incômodos e conflitos. A procura por casa para alugar é um dos momentos cruciais, pois os proprietários sempre fazem perguntas do tipo: “Vocês são aqueles africanos que gostam das festas e barulho? Não vou alugar a minha casa para africanos!”. Entretanto, esses mesmos proprietários/as após saberem que os estudantes recebem auxílios e que têm dinheiro, passam a alugar as suas casas com um valor mais alto. Mas, contraditoriamente, os estudantes continuam sendo discriminados como se não pudessem pagar pelos serviços, sobretudo quando são perseguidos por seguranças em lojas e supermercados da cidade, como se estivessem ali para roubar.

Alain (2001, p. 106), sociólogo senegalês que analisou as suas próprias experiências de discriminação no Brasil, afirmou que a posição do negro na hierarquia social brasileira não mudou muito, mesmo depois de um século da abolição da escravidão. Para ele, os negros no Brasil continuariam a viver “à margem da sociedade ou em sobressalto”. Ainda salientou que a posição em que o negro brasileiro se encontra nessa hierarquia, colocada em paralelo “à posição do continente africano no cenário internacional, faz com que o estudante preto africano seja tão discriminado quanto o preto nativo” (ALAIN, 2001, p.106), ressaltando assim que o estudo da vida cotidiana dos estudantes africanos nas cidades brasileiras poderia contribuir para o estudo das relações raciais no Brasil.

Outra situação que vale ser destacada, que ocorreu durante o período da pesquisa, foi um debate acirrado em uma postagem na página do face book da Unilab sobre a

manifestação contra os cortes das verbas na universidade, onde apareceu um estudante guineense usando um tênis da marca *Air Force*. Ao identificar que o estudante guineense usava um “tênis de marca”, um estudante brasileiro comentou na postagem: “Vocês africanos recebem o imposto da gente e compram ‘tênis de marca’ que custa mais de mil reais e ainda por cima ficam se manifestando contra o corte de verbas na Unilab. Voltem para o seu país, miseráveis! ”.

É nesse sentido que Alain (2001) destacou que o racismo e a discriminação estão sempre na vida cotidiana, fazendo com que os estudantes negros universitários tenham sempre que mostrar ou provar que não são quem pensam que ele é: “o negro pobre brasileiro”. Muitos desses estudantes, como comentou Alain, constroem uma ideia de que a discriminação racial no Brasil estaria mais relacionada à situação social e econômica das pessoas negras. No entanto, mesmo quando são identificados como estudantes estrangeiros/as, vistos como tendo poder aquisitivo, continuam sofrendo a discriminação e sendo tratados/as como inferiores pela cor da pele ou pela origem africana.

Outro caso presenciado durante a pesquisa, ocorreu comigo em uma pracinha de Acarape. O diálogo a seguir se deu entre mim e dois jovens brasileiros com idade média de trinta anos. Dois rapazes se aproximaram enquanto eu estava sentado na praça e começaram a fazer perguntas. Um deles disse: ‘Você é de onde?’. Respondi: ‘Da Guiné-Bissau’. O outro completou: ‘África, né?’. Eu disse: ‘Sim. Mas na verdade é um país que fica no continente Africano!’. O primeiro rapaz continuou: ‘Na África as pessoas morrem de fome?’. Eu respondi: ‘Morrem como morrem no Brasil’. E o outro afirmou: ‘Não. Lá na África as pessoas morem mais de fome, isso passou ontem na TV’.

O diálogo demonstra uma ideia de África homogênea, trazendo um saber construído no Brasil pela mídia que faz referências apenas à pobreza do continente, mas também como analisado por Mundimbe (1988) em “A Invenção da África”, um saber formulado historicamente no Ocidente que construiu uma ideia de África, em contraponto com os modelos ocidentais (universais e de superioridade), como inferior, desconectada dos processos de modernidade, atrasada culturalmente, lugar de guerras e pobreza.

Muitas situações observadas e ouvidas em conversas informais e formais (em entrevistas) durante a pesquisa com os estudantes de países africanos/as na Unilab, mostraram também que eles se sentiam constrangidos por serem “negros/as” e “migrantes africanos/as” estudando em uma universidade pública brasileira. Alguns relataram inclusive se sentir perseguidos/as por moradores de Redenção e Acarape que diziam que

os estudantes africanos estavam tirando as vagas dos estudantes brasileiros na universidade e “pegando as suas mulheres”.

Essas e outras situações relatadas e observadas dentro e fora da universidade, nas ruas, bairros, praças e residências dos estudantes, nos leva a ter uma ideia de que a questão do racismo e da discriminação na região do Maciço de Baturité é cotidiana e marca de forma intensa e dolorosa as experiências de vida dos estudantes internacionais no Brasil. Por isso a chegada e os primeiros meses de adaptação são os momentos mais difíceis, sendo o período em que eles mais precisam de suporte material e afetivo das redes de relações formadas por estudantes africanos mais antigos, principalmente porque ingressam muito jovens na universidade, com idade média entre 18 e 25 anos, muitas vezes, saindo de seus países pela primeira vez. Desse modo, a manutenção de alguns hábitos e costumes dos países de origem que são sustentados pelas redes (como fazer comidas típicas, ouvir músicas, fazer festas, falar a língua materna (crioulo guineense, crioulo cabo-verdiano, etc.) são vistos como práticas sociais que fazem grande diferença no acolhimento e permanência dos estudantes no país de destino; o que será demonstrado na próxima sessão ao destacarmos a importância das redes, dos amigos e da família.

Outras pesquisas sobre o tema: motivações, expectativas e imaginários sobre o Brasil

Muitos pesquisadores de diversos pontos de vista trataram do tema da circulação internacional de estudantes dos PALOP para o Brasil. Alguns destacaram os aspectos culturais e históricos que motivaram esses fluxos, procurando entender as motivações, expectativas e sonhos que levam os estudantes a buscar universidades fora do país. Uns focaram nos aspectos econômicos dos países de origem dos estudantes e suas dificuldades na área da Educação, ou em razão das guerras, conflitos políticos e étnicos que poderiam estimular a saída de estudantes para outros países em busca da formação superior. Outros buscaram refletir acerca das questões ligadas aos estranhamentos entre culturas distintas, construção de diferenças e de identidades, tensões étnico-raciais entre os estudantes de diversas nacionalidades (brasileiros e de países africanos) no país de acolhimento.

Para Ismael Tcham (2012), a vinda dos estudantes dos PALOP para o Brasil tem características peculiares e que podem não ser percebidas se levarmos em consideração apenas a tendência contemporânea da circulação de pessoas em todas as partes do mundo “propiciada pela imigração para trabalho, comércio, turismo, religião, etc” (TCHAM, 2012, p.2). Ao invés disso, para o autor, seria interessante tomarmos como ponto de

partida o passado que liga o continente africano ao Brasil, datado da época do tráfico negreiro. Essa ligação primordial, apontada por Tcham (2012), permitiria tratar da questão das marcas culturais ancestrais e construções de diferenças no período colonial, ancoradas em uma ideia de superioridade e inferioridade a partir de uma relação entre origem, cultura e cor da pele. Os estudantes dos PALOP são alvos de discriminação, seja pela origem africana, seja pela cor da pele negra da grande maioria que estuda no Brasil, sendo frequentemente confundidos com o negro brasileiro vistos do mesmo modo como “inferiores, perigosos, bandidos e pobres”. Entretanto, como citado na introdução, os estudantes internacionais quando decidem vir estudar no Brasil nem imaginam tal contexto de desigualdade e discriminação a que serão submetidos, pois a ideia que eles têm do Brasil é de um “país irmão”, símbolo da “democracia racial”, onde o negro, o branco e o índio vivem harmonicamente (GUSMÃO, 2009).

É nesse sentido, como abordado por Tcham (2012), que destacamos que a estratégia discursiva fundamental assumida pela diplomacia brasileira, quando houve a retomada dos interesses do Brasil em relação à África, se remete à ancestralidade africana. Desse modo, Tcham (2012) assinalou que a escolha dos palopianos pelo Brasil para realizar seus estudos deve-se, em certa medida, pelo “histórico colonial comum” que os ligam e retratam como antigas colônias de Portugal, constituindo, segundo o autor, uma dimensão importante.

Nessa perspectiva, Fonseca (2009) também observou que o fluxo de estudantes africanos se justificaria em grande parte pelas relações culturais e históricas de seus países com o Brasil, em especial pela língua portuguesa comum (herdada e/ou imposta). O autor, que fez pesquisa com estudantes angolanos no estado de São Paulo, também mostrou que os jovens angolanos são atraídos para permanecer no Brasil devido à um conjunto de facilidades oferecidas pelas universidades, mas também pela construção de uma “nova identidade social, forjada no contexto das relações adquiridas nesse período de juventude na relação com a sociedade de destino”, nomeadamente com estudantes brasileiros e africanos de vários países do continente (FONSECA, 2009, p. 27).

Ainda sobre as motivações, Mourão (2016a) acrescentou que, além do fato de compartilharem a mesma língua, o aumento significativo na oferta de vagas e a gratuidade das universidades públicas brasileiras, bem como a proximidade geográfica e o baixo custo de vida de algumas capitais do Nordeste, estimularia a vinda dos estudantes internacionais para o Brasil. A oportunidade de estudar na Unilab, com a possibilidade de usufruir dos benefícios de não custear os estudos (diferente de Portugal e de outros países

da Europa), e ainda conseguir auxílio financeiro dado pela instituição¹² (se diferenciando do PEC-G que oferece apenas a vaga), é grande fator de atração. Atualmente, cerca de 2.400 estudantes internacionais e brasileiros estão inseridos no Programa de Assistência ao Estudante (PAES) e recebem auxílio. A maioria ganha a modalidade moradia (R\$380,00) e alimentação (R\$150,00), totalizando R\$530,00 por mês, não podendo acumular mais de dois auxílios, a menos que estejam em situações emergenciais¹³.

Para Mungoi (2006), a fragilidade econômica de alguns países, guerras e conflitos étnicos decorrentes de problemas políticos no pós-independência também foram apontados como fatores que impulsionam a saída do país para estudo. O que também foi analisado por Fati (2018, p. 12) sobre a saída de jovens guineenses para o Brasil, destacando fatores de instabilidade político-militar e insegurança social. Mungoi (2006) ainda sublinhou que perseguições militares e/ou serviço militar obrigatório, assim como a escassez de instituições de ensino superior e de recursos humanos para formação de professores devem ser consideradas. Além disso, a “modernização e a tentativa da superação do ‘subdesenvolvimento’ do continente africano são fatores que incentivam a imigração estudantil” (MUNGOI, 2006, p. 58).

Mourão (2018) em sua pesquisa com estudantes cabo-verdianos em Lisboa e no Rio de Janeiro elencou outras motivações e imaginários relatados pelos estudantes. Uma delas seria a fama dos professores brasileiros de “mais legais” e o ensino “mais prático” comparado com Portugal, fator que os cabo-verdianos consideraram positivo para o aprendizado e a “integração” na universidade. Isso foi colocado em contraste com os modos “formais” e “distantes” dos professores e estudantes portugueses e do ensino em Portugal como “muito teórico”, contexto que os cabo-verdianos de Lisboa disseram contribuir para o isolamento nas universidades portuguesas. Eles também destacaram que a curiosidade em relação ao Brasil se deu ainda pelas cenas de novelas veiculadas em Cabo Verde que divulgam o Rio de Janeiro como uma “Cidade Maravilhosa”, com a Praia de Copacabana como cartão postal, oferecendo promessas de belezas naturais e diversão, o que ainda é reforçado pelos estudantes que voltam de férias para Cabo Verde.

¹² Os auxílios são adquiridos apenas se devidamente justificados, com documentação de comprovação pertinente ao pedido. São eles: auxílio-moradia, instalação, transporte, alimentação, social e emergencial. Este último concedido de forma excepcional, em razão de condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica que ponham em risco a permanência na universidade.

¹³ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/assistencia-estudantil/>, acessado no dia 28 de dezembro de 2019.

Mourão ainda mostrou que os estudantes egressos reforçaram os aspectos positivos da formação superior no Brasil no regresso ao país de origem, em especial, a partir dos anos 1990, afirmando que a formação no Brasil ganhou em conceito após o retorno dos profissionais que se destacaram no mercado de trabalho e no cenário político cabo-verdiano, como foi o caso do ex-primeiro ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, formado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo (MOURÃO, 2016b, p. 167).

Dessa perspectiva podemos inferir ainda que a busca pelo Brasil atinge de formas diferentes os estudantes nos diversos países dos PALOP, dependendo do contexto e do capital social das famílias. Assim, embora, até mesmo hoje o Brasil não seja a primeira opção entre os jovens palopianos, o país pode ser considerado uma possibilidade que tem se destacado nesse cenário. De acordo com Fonseca (2009, p. 27) “no ano de 2005 havia um total de 1.399 Estudantes, distribuídos nos estados do Brasil, com o maior número em São Paulo (354) e no Rio de Janeiro (306)”. A razão destacada por ele para a escolha desses estados foi:

[...] pela maior oferta de cursos pretendidos nas IES e pelo fato de serem estados mais apresentados aos estudantes africanos, sobretudo pela mídia eletrônica e televisiva. Além disso, há a divulgação pela própria diplomacia brasileira presente nesses países africanos, por serem esses estados grandes centros urbanos, tecnológicos, científicos e culturais do Brasil (FONSECA, 2009, P. 28).

Morais & Silva (2012), por outro lado, justificaram que os históricos de migração de familiares e amigos para o Brasil são muito ressaltados pelos estudantes, ainda que nem se compare com o histórico de Portugal. Nesse sentido, elas apontaram que para os estudantes na UnB e na USP, “o projeto de estudar fora de seu país de origem faz parte de um processo mais amplo que envolve as escolhas de outras pessoas da família que já moraram em outros países ou ainda moram” (MORAIS & SILVA, 2012, p. 178), sendo considerada “uma decisão de caráter coletivo”. O envolvimento da família, de parentes e amigos ainda se faz muito presente na hora de acertar a parte burocrática do convênio:

[...] as motivações que estruturam a busca por ensino superior no Brasil não são somente ideológicas, mas profundamente influenciadas por redes sociais e representações culturais veiculadas pela mídia e, por que não, por acasos de ordem pessoal e burocrática (MORAIS & SILVA, 2012, p. 178).

O momento de apresentar toda a documentação e comprovações dos candidatos, como históricos escolares, vistos, registro criminal, cartão de vacina, exames médicos, comprovante da renda, etc., sempre gera uma grande tensão e gastos para as famílias dos estudantes. Além da documentação ser bastante extensa e cara, ainda requer apresentação de um termo de compromisso financeiro onde um membro da família (parente ou amigo) precisa se responsabilizar pela despesa do candidato durante o estudo no Brasil. Isso, foi analisado por alguns autores como uma forma dos governos (de origem e de destino) se isentarem das responsabilidades financeiras com os estudantes internacionais. Os governos passam a ser neutros na escolha e a decisão de estudar fora do país encarada como se fosse algo somente individual (GUSMÃO, 2008; 2009).

A ausência da responsabilidade financeira do governo do país de origem pode indicar que o país não prioriza a contribuição para o desenvolvimento local, sendo algo realmente deixado como sendo uma escolha individual. Moraes & Silva (2012, p. 178) afirmam que isso se soma ao fato de que [...] “nenhum estudante vinculou seu deslocamento ao Brasil como uma estratégia para contribuir diretamente com o desenvolvimento de seu país de origem”, com as expectativas em relação ao regresso muito mais “vinculadas à concretização de projetos de vida individuais e à forma como ajudariam os parentes e os amigos que os apoiaram no percurso de deslocamento e formação no Brasil”. (MORAIS & SILVA, 2011, P. 178).

Mungoi (2006) afirmou que o critério socioeconômico é então um dos requisitos-chaves deste processo, uma vez que os responsáveis pelos candidatos são obrigados a se comprometer com as despesas de manutenção dos estudantes enviando 300 dólares todos os meses, além de custear as despesas da passagem de ida e volta do estudante. Assim, a autora demonstra a relação direta das famílias no processo seletivo das vagas concedidas aos estudantes de países africanos. Para entender essas relações, da perspectiva do PEC-G, ela observou que:

[...] o número de estudantes financiados pela família tende a crescer devido à carência de bolsas de estudos provenientes de instituições governamentais e não governamentais. A questão da coparticipação da família no âmbito do PEC-G permite refletir sobre a relação do Estado e família. No caso particular do Programa PEC-G, o Estado, ao criar mecanismos para a participação da família no programa, definindo a obrigatoriedade do financiamento dos estudos pelos seus parentes, acaba intervindo no percurso, nos projetos e na esfera privada de milhares de famílias africanas. Entretanto, o fato destas famílias e algumas instituições assumirem a responsabilidade financeira perante o Estado brasileiro, não significa que este compromisso seja cumprido na íntegra (MUNGOI, 2006, p. 33)

Quando as dificuldades apertam, os estudantes procuram ajuda de seus colegas, professores e amigos, acionando suas redes de relações, ou mesmo passam a trabalhar para se manter. Pois, é importante lembrar que o governo brasileiro só atribui bolsas para estudantes conveniados que comprovam a necessidade do auxílio estudantil (caso da Unilab) ou da bolsa (em casos específicos do PEC-G), quando o país do estudante passa por instabilidade política¹⁴. Dessa forma, o envolvimento da família e de suas redes é fundamental, sendo o apoio dos parentes e amigos algo considerado pelos familiares “uma grande alegria” pela importância (e sinal de status) que representa ter um membro da família a estudar no estrangeiro.

Considerações finais

Neste artigo procurou-se apresentar uma reflexão sobre os processos que envolvem a vinda de estudantes dos PALOP para cursar o ensino superior em diversas universidades brasileiras, principalmente na Unilab, que se remetem às novas formas sociais, políticas e econômicas que os jovens passaram a vivenciar após a independência dos seus países, sobretudo na questão da migração estudantil para o Brasil.

Foram propostas algumas reflexões possíveis a partir de um diálogo entre as minhas próprias experiências de vida, também como estudante da Unilab, bem como com a pesquisa que realizei com estudantes dos PALOP na universidade e uma revisão bibliográfica sobre o tema. Uma das questões colocadas foi que a Unilab apresenta em suas diretrizes o objetivo da “integração” do Brasil com os países que dela fazem parte por meio de uma “cooperação solidária”. No entanto, são muitos os desafios que se colocam para os estudantes que sofrem cotidianamente processos de discriminação dentro e fora da universidade, os quais se conectam com a exclusão social e desigualdades raciais no Brasil, bem como com questões específicas que se referem ao apagamento do negro no Ceará.

Ao focar nas questões das motivações, expectativas e imaginários dos estudantes dos PALOP em relação ao Brasil, o artigo buscou compreender o que leva os estudantes a “escolher” o país, o Ceará e a Unilab para realizar suas formações, das questões que se destacam – além das relações históricas, da língua e das facilidades oferecidas pelos

¹⁴ Nesse caso a bolsa é do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) que prevê a concessão de bolsa-permanência no valor de até um salário mínimo para os estudantes PEC-G regularmente matriculadas, com bom desempenho acadêmico (MUNGOI, 2006).

acordos – o critério socioeconômico, o capital social e as redes de relações dos familiares e amigos apareceram como um dos requisitos-chaves deste processo. O imaginário do Brasil como um país irmão, miscigenado, lugar da convivência pacífica entre brancos e negros, onde eles estariam livres de preconceitos, também foi um ponto bastante ressaltado nas pesquisas, compactuando com algumas decepções e constrangimentos sentidos pelos estudantes da Unilab no contato com o racismo de cor e de origem logo nos primeiros momentos da chegada. Isso colocou em foco que o discurso da diplomacia brasileira na criação da Unilab, voltado para a questão da ancestralidade e da “dívida do Brasil com a África”, embora muito bem-intencionado, também construiu certas ambiguidades. Pois, a presença dos estudantes africanos nas IES brasileiras transparece como se fosse uma ajuda e não uma relação de troca que estaria na base da cooperação bilateral. Portanto, devendo ser destacados os interesses econômicos que estão por trás desses discursos e ações para que os estudantes não sofram acusações de que estão “tirando as vagas dos brasileiros”, sendo colocados em uma posição de subalternidade como pessoas que precisam ser cuidadas por serem inferiores do ponto de vista econômico e cultural.

Outro ponto para ressaltar é que os atos de violência, racismo e xenofobia sofridos pelos estudantes internacionais na região do Maciço, em geral, não têm tido a atenção merecida por parte das autoridades competentes da universidade e das cidades em que eles moram, fazendo com que as vítimas recorram às suas associações de estudantes, professores e amigos na Unilab. Desse modo, em vários sentidos as suas redes de relações, principalmente no novo contexto social de destino, se apresentaram como fundamentais para o suporte emocional, financeiro e também de fortalecimento de laços afetivos, gerando novas formas de pertencimentos, com a construção de uma ideia de família formada por relações profundas de amizade construídas no Brasil entre estudantes africanos de diversas nacionalidades e também entre eles e brasileiros. Para finalizar, espero que as preocupações aqui colocadas possam reverberar a atenção das autoridades mencionadas, ainda instigando novas pesquisas sobre o tema e contribuindo para aprofundar a questão das desigualdades raciais no Brasil.

Referências Bibliográfica

BEZERRA, Analúcia Sulina **Bastões: memória e identidade negra**. Fortaleza: dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

CUNHA Jr., Henrique e SANTOS, Marlene. População negra no Ceará e sua cultura. *Revista África e Africanidades*, ano 3, n. 11, nov. 2010.

CASTELO, Cláudia. 2010. *A Casa dos estudantes do império: lugar de memória anticolonial*. Trabalho apresentado no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa. <<http://hdl.handle.net/10071/2244>>; acesso em: 20 nov. 2010).

FATI, Calilo. *A pesquisa compreensiva: ponderações teóricas em um estudo de diáspora estudantil*. Redenção: Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Sociologia). UNILAB, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1705/1/CALILO%20FATI%20TCC.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

FONSECA, Dagoberto José. “*A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil*”. Proposições – Dossiê Ensino superior e circulação internacional de estudantes: *os PALOP no Brasil e em Portugal* – UNICAMP, 2009, v.20, n. 1 (58) – jan. /abr.

FUNES, Eurípedes Antônio. “Negros no Ceará”. In SOUSA, S. (org.), **Nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

GEERTZ, Clifford. O Saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa. Petrópolis, **Vozes**, 1997 [1983]. cap. 3: “**Do ponto de vista dos nativos**”: A natureza do entendimento antropológico” (1974).

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados”. Trabalho apresentado no **Colóquio Saber e Poder**. Campinas, 2008. _____ “Apresentação”. **Pro-Posições**, Campinas: vol. 20, n. 1, pp. 15-21, 2009.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra. A política externa do governo Lula: a experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). 1.ed. Fortaleza: UECE, 2018. 229 p.

JOHNSON, Fleury. *Fleury, Togolês, 25 anos, estudante de medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), karateca, tenista*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/fleury-johnson-brasil-x-realidade/>. Acesso em 22 out. 2019.

KALY, Pascal Alain. *O Ser Preto africano no << paraíso terrestre >> brasileiro: Um sociólogo senegalês no Brasil*. In: Lusotopie, nº 8, 2001, Timor Les défis de l'indépendance. pp. 105-121.

MACIEL, Wellington. *Usos de uma Cidade da Liberdade: estudantes africanos em Redenção*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v30n79/0103-4979-ccrh-30-79-0189.pdf>. Acesso em 28 out. 2017.

MARGARIDO, Alfredo. 2015. *A Sombra dos Moçambicanos na Casa dos Estudantes do Império*. Latitudes. Disponível em: <http://www.revuesplurielles.org/uploads/pdf//17-25-05.pdf>. Acesso em: 28 Nov. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES- *Divisão de Assuntos Educacionais (DCE)*. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MORAIS, Sara Santos; SILVA, Kelly. Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos PALOP em duas universidades brasileiras. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 163-182, jan./abr. 2012.

MOURÃO, Daniele Ellery. *Entre Palmares e Liberdade: Reconfigurações Identitárias de Estudantes Africanos na Unilab*. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

_____. *Estudantes Cabo-verdianos do Ensino Superior no Brasil e em Portugal: Projeto de vida e elaboração de identidades*. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Ano 20, 27(1):155-186, 2016.

_____. *Partir, permanecer, regressar: estudantes cabo-verdianos entre Brasil e Portugal / Daniele Ellery Mourão*. - Fortaleza: Edições UFC, 2018. 307, p. : il.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em 20 de abr de 2019.

MUDIMBE, V. Y. **The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge**. Bloomington, Indianapolis e Londres: Indiana University Press and James Currey, 1988.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João. **O Mito Atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas**. Porto Alegre: dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PORDEUS JR., Ismael. **Umbanda: o Ceará em transe**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

_____. “Cearensidade”. In CARVALHO, G. de (org). **Bonito pra chover**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

RATTS, Alecsandro J. “Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará”. **Cadernos CERU**, vol. 9, pp. 109-127, 1998.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: tese de doutorado, Escola de Serviço

Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Mary Dayane Souza; SILVA, Adriana Sousa. *A Importância das Redes de Cooperação Solidária como Fator Competitivo em Empresas Autogestionárias*. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/42120480.pdf>. Acesso em: 05 Nov. 2019.

TCHAM, Ismael. *A África fora de casa: sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Recife: O autor, 2012.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA-O Programa de Assistência ao Estudante (**Paes**). Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/assistencia-estudantil/>, acesso em: 28 Dez. 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. *Índices Gerais de cursos (IGC)*. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2020/01/06/unilab-e-a-2a-melhor-universidade-do-ceara-e-esta-entre-as-dez-melhores-universidades-do-norte-nordeste/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). DIRETRIZES GERAIS. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wpcontent/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula. *Uma década de política externa* (1995-2005). Civitas-Revista de Ciências Sociais, v.5, n. 2, p 1-17, 2005.